

Notícias Sindicais, 10/09/14

Federação Nacional dos Urbanitários

COPASA: Em assembleias por todo estado categoria aprova Acordo Coletivo 2014

Os trabalhadores foram levados a mais uma prova de sua força e responsabilidade para defender os direitos da categoria. Após mais de 150 dias de iniciada a campanha salarial, conseguimos dobrar a resistência da empresa e avançamos numa proposta que os patrões tinham colocado um "limite" irreduzível. Os trabalhadores impediram o arrocho da GDI sobre os salários e chegamos à importante vitória de tirar o desconto sobre a cesta básica.

As negociações no TRT-MG alcançaram resultados que representam a conquista da mobilização e greve da categoria. Antes fechada com a fala de "ter chegado ao limite", a Copasa teve que se dobrar aos argumentos do Sindicato e pressão dos trabalhadores, reabrindo o diálogo e cedendo em nova proposta.

- **REAJUSTE SALARIAL E NOS BENEFÍCIOS DE 5,82%**

A empresa tentou derrubar nosso reajuste salarial, afirmando que a tarifa autorizada pela Arsae de 6,18% teria reajuste líquido de 4,82%, por causa de descontos de energia e taxas. O Sindicato pressionou pelo INPC integral e para que tivéssemos ganho real nos salários.

- **REAJUSTE NO TÍQUETE REFEIÇÃO DE 10%**

O custo da alimentação apurado pelo IPCA do Ipead registrou 6,47% no último período de 12 meses anteriores à data-base. Nas negociações, no entanto, conseguimos um reajuste de 10% no valor do tíquete-refeição.

- **ISENÇÃO DO DESCONTO DA CESTA BÁSICA**

Nas negociações junto ao TRT, conseguimos uma proposta conciliatória importante. Apresentamos para aprovação da categoria duas alternativas: ou seria aplicado 1% de ganho real direto nos salários ou passaríamos a ter isenção do desconto da participação dos trabalhadores no custo da cesta básica.

Os trabalhadores optaram pela isenção do desconto na cesta básica. Conforme a faixa de salários, os ganhos variam de 1,19% a 2,18%, superior ao percentual de ganho real proposto (veja tabela).

- **IMPACTO MÍNIMO DE 70% DA GDI**

O Sindicato pressionou muito a empresa para que incorporasse a GDI de 16,5% ou parte dela nos salários. Com a divulgação da tabela do 1º trimestre verificou-se grave prejuízo nas GDIs de vários distritos operacionais, a exemplo de Ibité, na última colocação com 7,8%. Argumentamos sobre a regra que obriga a empresa a rever estrutura para garantir medidas quando a GDI cai de 80%. No TRT-MG conseguimos o pagamento mínimo de 11,55% de GDI, que representa 70% da GDI global.

- **COMISSÃO DE ESTUDOS DO PCCS**

Durante a campanha enumeramos graves problemas com o Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) na Copasa, desde desvios de função, erros de enquadramento, congelamento do crescimento e, sobretudo, da tabela salarial, que precisa de um reajuste. No TRT-MG ficou acertada a criação de uma comissão de estudos para a revisão da tabela salarial, com prazo de 90 dias para conclusão dos trabalhos.

- **PAGAMENTO DA PL EM PARCELA ÚNICA**

Conseguimos também que a empresa passe a pagar a Participação nos Lucros (PL) em apenas uma parcela, em abril de 2015. Devemos lembrar que isto não impacta os trabalhadores com desconto de imposto de renda, que foi isentado em lei pela presidenta Dilma Rousseff.

- **PAGAMENTO DAS PARCELAS RETROATIVAS**

Todas as diferenças retroativas a 1º de maio (data-base) serão pagas pela Copasa na folha salarial de setembro. Teremos as diferenças multiplicadas por cinco sobre os benefícios que se constituem direitos da categoria, como tíquete-refeição, cesta básica sem o desconto, auxílio-creche, diferenças de salários e outros.

Fonte: Sindágua-MG

Portal da CUT

Taubaté: 1500 metalúrgicos protestam por aumento salarial

Manifestação ocorreu no Fórum Industrial de Piracangaguá

Escrito por: FEM • Publicado em: 09/09/2014

Os metalúrgicos em Taubaté e região realizaram um protesto, na manhã desta segunda-feira (8), em frente ao Fórum Industrial de Piracangaguá para cobrar avanços na Campanha Salarial, que segue emperrada por conta da intransigência dos patrões.

A manifestação teve início às 5h30 da manhã e durou até às 8h. O Fórum é formado por oito empresas e tem cerca de 1500 metalúrgicos que trabalham nas empresas dos Grupos 3 e 8. Também participaram do ato dirigentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba e dos Condutores do Vale do Paraíba.

“O protesto é para exigir dos patrões uma proposta decente de reajuste salarial. Até o momento, algumas bancadas patronais nos ofereceram 4,5%. Isso é indecente, pois nem contempla a inflação do período da nossa data-base, 1º de setembro”, frisa o presidente da FEM-CUT/SP, Valmir Marques da Silva, Biro-Biro, que também é vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté.

Estado de greve

Durante a assembleia desta manhã, a categoria aprovou estado de greve. “Esperamos que o Grupo 3 apresente uma proposta econômica satisfatória, caso o contrário, os trabalhadores estão mobilizados e prontos para parar”, alerta o presidente do Sindicato, Hermani Lobato.

Nova negociação

Nesta terça-feira (9), haverá uma nova rodada de negociações com o G3 (que reúne os setores de Autopeças, Forjarias e Parafusos), no Sindipeças, na capital paulista. Estão em Campanha nas empresas destes setores cerca de 51,3 mil metalúrgicos da base FEM.

Portal da UGT

UGT e CSI: o trabalhador brasileiro no cenário internacional

O presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI), João Felício, participou da reunião com os líderes da União Geral dos Trabalhadores (UGT) para tratar de assuntos de interesse comum dos trabalhadores brasileiros. O encontro aconteceu na manhã desta terça-feira, 09 de setembro, na sede da UGT, em São Paulo/SP.

Entre os muitos temas tratados, João Felício, falou sobre a importância da organização das Centrais Brasileiras afim de alinharem suas propostas de ações diante do cenário internacional.

João Felício disse que seu desejo é o de fazer discussões prévias dentro do país, seja separadamente com cada central ou em conjunto, para que a pauta das reivindicações trabalhistas do povo brasileiro seja tema central da reunião entre os representantes da CSI, junto à secretária-geral, Sharon Burrow.

Falou, ainda, que pretende estar presente nas agendas das centrais para que, com a proximidade, se desenhe uma as ações práticas como, por exemplo, quais atitudes devem ser tomadas diante das práticas antissindiais das multinacionais.

Ricardo Patah, presidente da UGT, disse estar feliz por receber o presidente da CSI e que a abertura deste diálogo fortalece a representatividade do Brasil em fórum de discussões importantes, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o G20 (grupo formado por representantes das principais economias do mundo).

Mônica da Costa Mata Roma, secretária adjunta de Relações Internacionais da UGT, disse que a UGT quer, de fato, se preparar para fazer as representações internacionais e que o apoio da CSI neste sentido é essencial, para que além do empoderamento, as Centrais possam chegar nessas discussões mais amplas com propostas de ações práticas na defesa e ampliações dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Laerte Teixeira da Costa, vice-presidente da UGT e secretário de Políticas Sociais da Confederação Sindical das Américas (CSA/CSI), falou sobre a importância de se ter um brasileiro na presidência da CSI e que os desdobramentos consistentes destes encontros levará a realidade nacional para o centro de discussão sobre o trabalhador em todo o mundo.

Sidney de Paula Corral, secretário de Integração para as Américas da UGT, lembrou que na última reunião da CSI, em Montevideo, no Uruguai, no início deste mês (2, 3 e 4 de setembro) onde estavam representantes de 22 países, uma das resoluções foi a criação do documento “Plataforma de Desenvolvimento para as Américas”, uma cartilha que tem que ser seguida por porque é totalmente progressista e acompanha a realidade do movimento sindical brasileiro.

Annick Deruyver, secretária de Relações Internacionais da CSC Bélgica, disse que espera uma CSI mais aberta, com mais pessoas dos países do hemisfério sul. E falou que está aqui no Brasil para preparar com a UGT um Seminário sobre Economia Informal, com o intuito de preparar melhor a participação sindical na Conferência da OIT, em junho de 2015.

Por Giselle Corrêa, da redação da UGT / Foto: Leonardo Cassiano

Portal da CUT

Volkswagen espionava Lula na época da ditadura

Empresa informava nomes e reivindicações salariais ao governo militar

Escrito por: ANSA Brasil • Publicado em: 09/09/2014

A Volkswagen, empresa alemã de automóveis, espionou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o período militar no Brasil, que durou de 1964 até 1985. Segundo a agência Reuters, a Volkswagen informava seus monitoramentos, como nomes e reivindicações salariais, ao governo militar, durante o início da década de 80.

Além da Volkswagen, outras empresas monitoravam e informavam os militares sobre seus próprios funcionários, buscando líderes do movimento sindical durante o período. As informações foram encontradas em documentos em um arquivo nacional e deverão fazer parte do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que investiga os abusos e ilegalidades cometidos pelos militares.

Os documentos comprovariam que diversas empresas teriam contribuído com o regime não só ideologicamente, mas também com serviços de inteligência e informação. Em agosto, a CNV já havia encontrado indícios da participação de empresas no Brasil a serviço dos órgãos repressivos.

Nos documentos enviados pela Volkswagen aos militares, denominados como "confidenciais", a empresa entregava informações detalhadas, como nomes de funcionários que participavam e lideravam as greves e até os números das placas dos veículos que eram usados nas manifestações. Em um dos documentos, a Volkswagen teria revelado aos militares sobre a exibição de filme com conteúdo socialista dentro de suas dependências. Funcionários acusados de usar drogas também tinham seus nomes revelados.

A Volkswagen afirmou que vai apurar as informações sobre possíveis funcionários que trabalharam em parceria com os militares.

Portal da CTB

GT dos Trabalhadores recomendará punição aos empresários que colaboraram com repressão

O Grupo de Trabalho "Ditadura e Repressão aos trabalhadores, às trabalhadoras e ao movimento sindical", da Comissão Nacional da Verdade, vai recomendar em seu Relatório Final que as empresas e empresários que colaboraram com o regime militar sejam punidos. A decisão foi tomada após a realização de um curso nos dias 06 e 07 de setembro em São Paulo, para conhecer a experiência de responsabilização na Argentina.

A atividade contou com a presença da pesquisadora argentina Victoria Basualdo que apresentou uma análise histórica dos impactos da ditadura de 1976-1983 sobre a classe trabalhadora e o movimento sindical argentino, bem como a posterior luta e evolução do processo de Justiça para os trabalhadores, especialmente, os avanços recentes na definição da responsabilidade empresarial.

Victoria apresentou aos participantes do curso a experiência de investigação, coleta de documentos e testemunhos a qual resultou na possibilidade de abertura de processo criminal contra empresários que, de alguma forma, colaboraram com a ditadura militar no país vizinho.

A pesquisadora e coautora do livro "Cuentas Pendientes" mostrou aos pesquisadores, dirigentes sindicais e membros de Comissões e Comitês da Verdade de diversos estados, que participaram da atividade, quatro casos exemplares da Argentina e dados que comprovam como a perseguição no país vizinho também foi direcionado às classes trabalhadoras.

De acordo com a pesquisadora, 30% dos desaparecidos na Argentina eram trabalhadores e, mesmo com os entraves jurídicos, foi importante juntar indícios e testemunhos para comprovar a responsabilidade de empresários na colaboração com o regime repressivo. "O processo de justiça ajuda a revelar a verdade e a resgatar a memória", disse.

Pesquisas realizadas pelo GT dos Trabalhadores mostram que no Brasil empresas entregavam listas com nome, endereço residencial e, em alguns casos, o setor no qual o operário trabalhava, como pode ser visto na chamada "lista negra" do ABCD, onde mais de 60 empresas entregaram os dados dos trabalhadores aos órgãos de repressão. Ou ainda, exemplos identificados em diversos estados do país mostram prisões dentro do local de trabalho, empresas que disponibilizavam veículos para transportar seus empregados ao Dops, e até mesmo redes de informação entre os empresários que impediam a contratação de um trabalhador demitido em outra fábrica do mesmo setor.

Para a coordenadora do GT, Dra Rosa Cardoso, é preciso fazer o acerto de contas com a ditadura no Brasil e mostrar que a classe trabalhadora foi o alvo primordial da repressão. "Como os civis participaram do regime ainda é pouco conhecido e é de muito interesse investigar. É preciso a judicialização dos casos. Essa responsabilidade não pode ser esquecida", ressaltou.

Agora, membros das 10 Centrais Sindicais e Entidades de Trabalhadores, que compõe o GT, discutem de que forma o processo de responsabilização dos empresários ligados aos órgãos de repressão serão colocado nas recomendações do Relatório Final.

Portal da CUT

Mudança acontece por reivindicação da CUT

Cartórios de São Paulo devem registrar atas sindicais sem exigências que são prerrogativas do Ministério do Trabalho

Escrito por: Isaías Dalle • Publicado em: 09/09/2014

Mudança importante nos procedimentos dos cartórios de registro civil no Estado de São Paulo foi confirmada hoje. E já está valendo. Os cartórios devem receber e registrar atas e alterações estatutárias de entidades sindicais sem exigências que são prerrogativas do Ministério do Trabalho.

A decisão foi anunciada em audiência nesta terça (9) entre o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Roberto Nalini, e o corregedor-geral Hamilton Elliot Akel. A mudança foi resultado de reivindicação da CUT. Participou da audiência o presidente da UGT, Ricardo Patah.

Nos últimos meses, os cartórios paulistas vinham dificultando o registro de atas ao fazer uma interpretação estrita da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que em muitos pontos traz exigências já superadas pela própria prática sindical dos últimos 30 anos.

Ao baixar um novo ato normativo, o presidente do Tribunal e o corregedor reconheceram que não cabe aos cartórios essa interpretação, mas ao Ministério do Trabalho. Os cartórios devem se ater apenas às normas do Código Civil e da Lei de Registro Público nesses casos.

“Essa prática vinha criando vários problemas para as atividades sindicais aqui em São Paulo. Muitas vezes atrapalhando o cotidiano das entidades. A decisão representa uma vitória significativa para nós”, comenta o presidente da CUT, Vagner Freitas.

Portal da CTB

CTB convoca sindicatos a atualizarem os dados no MTE

Os sindicatos que pretendem fazer parte do time da CTB ou mesmo atualizarem seus dados cadastrais no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) têm até o mês de dezembro para fazê-lo.

O alerta é do secretário de Previdência, Aposentados e Pensionistas, Pascoal Carneiro. “Os sindicatos que ainda não regularizaram sua situação no MP devem fazê-lo até o mês de dezembro para que conste no processo de aferição das centrais sindicais de 2015”, informou o dirigente.

A aferição da representatividade é prevista pela Lei nº 11.648, de 2008, que reconhece legalmente as centrais sindicais como entidades de representação dos trabalhadores.

A verificação do índice de representatividade é realizada anualmente pelo MTE e apurada com base na quantidade de trabalhadores filiados aos sindicatos de cada central até o mês de dezembro. Um Grupo de Trabalho (GT) composto por um representante de cada central acompanha esse processo.

De acordo com Pascoal, o levantamento é feito com base no número de sindicatos filiados no ano anterior. Ainda segundo o dirigente, os sindicatos que passaram por processo eleitoral devem mandar o quanto antes a ata de apuração eleitoral para não correr o risco de perder o registro sindical.

“Na ata de apuração está a importância dos votos. Porque com a Portaria 326 do Ministério do Trabalho, após o processo eleitoral os sindicatos têm 120 dias para atualizar os dados cadastrais. Se não atualizarem eles perdem o código sindical”, salienta Carneiro.

De acordo com o dirigente a Portaria 326 exige que conste na ata de apuração o número de total de associados, associados aptos a votar e associados que comparecem e votaram no processo. “Para a aferição é capturado o maior dado, que é o número de associados. Por isso essa informação é fundamental na ata. Mas a atualização tem que ser feita até o mês dezembro de 2014”, reitera.

Projeto Coral

Consciente dessa situação, a CTB criou no início do ano o Projeto Coral (Centro de Organização, Apoio e Logística às entidades sindicais), que visa prestar apoio às entidades, no que diz respeito à organização, regularização e fortalecimento.

A iniciativa da CTB surgiu com a perspectiva de fazer com que todos os trâmites administrativos sejam devidamente regularizados, pois os sindicatos por muito tempo não deram a devida importância ao processo de formalização.

“Portanto, chamamos a atenção de todos os sindicatos que pretendem se filiar à CTB ou dos filiados que realizaram eleições esse ano, para a necessidade de providenciar a atualização dos dados no Ministério do Trabalho o mais rápido possível. Os dirigentes que fazem parte do projeto Coral estão disponíveis para prestar todo o apoio necessário. Já estamos em setembro e o prazo está se esgotando”, finalizou Pascoal Carneiro.

Portal da CUT

Mudança acontece por reivindicação da CUT

Cartórios de São Paulo devem registrar atas sindicais sem exigências que são prerrogativas do Ministério do Trabalho

Escrito por: Isaías Dalle • Publicado em: 09/09/2014

Mudança importante nos procedimentos dos cartórios de registro civil no Estado de São Paulo foi confirmada hoje. E já está valendo. Os cartórios devem receber e registrar atas e alterações estatutárias de entidades sindicais sem exigências que são prerrogativas do Ministério do Trabalho.

A decisão foi anunciada em audiência nesta terça (9) entre o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Roberto Nalini, e o corregedor-geral Hamilton Elliot Akel. A mudança foi resultado de reivindicação da CUT. Participou da audiência o presidente da UGT, Ricardo Patah.

Nos últimos meses, os cartórios paulistas vinham dificultando o registro de atas ao fazer uma interpretação estrita da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que em muitos pontos traz exigências já superadas pela própria prática sindical dos últimos 30 anos.

Ao baixar um novo ato normativo, o presidente do Tribunal e o corregedor reconheceram que não cabe aos cartórios essa interpretação, mas ao Ministério do Trabalho. Os cartórios devem se ater apenas às normas do Código Civil e da Lei de Registro Público nesses casos.

“Essa prática vinha criando vários problemas para as atividades sindicais aqui em São Paulo. Muitas vezes atrapalhando o cotidiano das entidades. A decisão representa uma vitória significativa para nós”, comenta o presidente da CUT, Vagner Freitas.

Portal da CTB

CTB convoca sindicatos a atualizarem os dados no MTE

Os sindicatos que pretendem fazer parte do time da CTB ou mesmo atualizarem seus dados cadastrais no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) têm até o mês de dezembro para fazê-lo.

O alerta é do secretário de Previdência, Aposentados e Pensionistas, Pascoal Carneiro. “Os sindicatos que ainda não regularizaram sua situação no MP devem fazê-lo até o mês de dezembro para que conste no processo de aferição das centrais sindicais de 2015”, informou o dirigente.

A aferição da representatividade é prevista pela Lei nº 11.648, de 2008, que reconhece legalmente as centrais sindicais como entidades de representação dos trabalhadores.

A verificação do índice de representatividade é realizada anualmente pelo MTE e apurada com base na quantidade de trabalhadores filiados aos sindicatos de cada central até o mês de dezembro. Um Grupo de Trabalho (GT) composto por um representante de cada central acompanha esse processo.

De acordo com Pascoal, o levantamento é feito com base no número de sindicatos filiados no ano anterior. Ainda segundo o dirigente, os sindicatos que passaram por processo eleitoral devem mandar o quanto antes a ata de apuração eleitoral para não correr o risco de perder o registro sindical.

“Na ata de apuração está a importância dos votos. Porque com a Portaria 326 do Ministério do Trabalho, após o processo eleitoral os sindicatos têm 120 dias para atualizar os dados cadastrais. Se não atualizarem eles perdem o código sindical”, salienta Carneiro.

De acordo com o dirigente a Portaria 326 exige que conste na ata de apuração o número de total de associados, associados aptos a votar e associados que comparecem e votaram no processo. “Para a aferição é capturado o maior dado, que é o número de associados. Por isso essa informação é fundamental na ata. Mas a atualização tem que ser feita até o mês dezembro de 2014”, reitera.

Projeto Coral

Consciente dessa situação, a CTB criou no início do ano o Projeto Coral (Centro de Organização, Apoio e Logística às entidades sindicais), que visa prestar apoio às entidades, no que diz respeito à organização, regularização e fortalecimento.

A iniciativa da CTB surgiu com a perspectiva de fazer com que todos os trâmites administrativos sejam devidamente regularizados, pois os sindicatos por muito tempo não deram a devida importância ao processo de formalização.

“Portanto, chamamos a atenção de todos os sindicatos que pretendem se filiar à CTB ou dos filiados que realizaram eleições esse ano, para a necessidade de providenciar a atualização dos dados no Ministério do Trabalho o mais rápido possível. Os dirigentes que fazem parte do projeto Coral estão disponíveis para prestar todo o apoio necessário. Já estamos em setembro e o prazo está se esgotando”, finalizou Pascoal Carneiro.

Agência Brasil, 10/09/14

Banco Mundial adverte para crise de emprego em escala global

Da Agência Lusa

O Banco Mundial advertiu hoje que o mundo enfrenta uma crise de emprego generalizada que ameaça as perspectivas de uma retomada do crescimento econômico e nenhum truque de mágica pode resolver o problema.

Em estudo divulgado antes de um encontro de ministros do Trabalho e do Emprego do G20, na Austrália, o Banco Mundial defende ser preciso criar 600 milhões de novos postos de trabalho em todo o mundo até 2030 apenas para lidar com o aumento da população.

"Não há dúvidas de que há uma crise de emprego generalizada", disse Nigel Twose, chefe da delegação do Banco Mundial na reunião do G20, em comunicado. "Os países do G20 necessitam de mais e melhores empregos para um crescimento sustentável e para o bem-estar das suas populações", assinala o documento, cuja divulgação antecede a reunião ministerial, nos dias 10 e 11, em Melbourne.

Segundo Nigel Twose, "igualmente perturbador é o fato de estarmos vendo o aumento das desigualdades salariais e de rendimentos em muitos países do G20, apesar de terem sido alcançados progressos em algumas economias emergentes, como o Brasil e a África do Sul".

Em termos globais, defendeu, os mercados emergentes tiveram um melhor desempenho do que os países desenvolvidos do G20 no quadro da geração de emprego, com a China e o Brasil aparecendo como motores, mas ainda assim as perspectivas não são animadoras. "As projeções atuais são sombrias. Perfilam-se no horizonte importantes desafios", frisou.

O documento, compilado com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, diz que mais de 100 milhões de pessoas estão desempregadas nos países do G20, enquanto 447 milhões são categorizados como "trabalhadores pobres", vivendo com menos de US\$ 2 dólares por dia.

O Banco Mundial sublinha, por outro lado, que não obstante a modesta recuperação econômica em 2013-2014, o crescimento global deve manter-se abaixo da tendência, com quedas previstas num futuro próximo, enquanto os fracos mercados laborais forem restringindo o consumo e o investimento.

"Não há 'um truque de mágica' para resolver esta crise do emprego, quer nos mercados emergentes, quer as economias desenvolvidas", disse Twose.

Esta é uma das reuniões ministeriais preparatórias para o encontro do G20 que vai ocorrer em novembro, na cidade australiana de Brisbane.

Federação Nacional dos Urbanitários

Marcio Pochmann: "Propostas de Marina são mais neoliberais que as do PSDB"

Após a má repercussão de várias propostas de Marina Silva, ela recuou da maioria. Recuou do recuo sobre os homossexuais, recuou sobre abandonar o pré-sal, mas, até o momento, não recuou da "autonomia do Banco Central", que a grande maioria dos brasileiros não sabe o que é e, por isso, não sabe o desastre que significaria.

Trocando em miúdos, um Banco Central independente significa aumentos dos juros muito maiores do que os que ocorrem hoje e, o que é pior, significa o virtual abandono de instrumentos menos perniciosos de combate à inflação.

Um Banco Central independente significaria que instrumentos de combate à inflação como desoneração de impostos ou importações de produtos que estejam em falta – e que, por estarem em falta, sobem de preço – dariam lugar à pura e simples elevação dos juros ao consumidor, política econômica que, usada sem parcimônia, gera desemprego e recessão.

Diante disso, o Blog pediu ao economista e ex-presidente do Ipea Marcio Pochmann que analisasse alguns pontos do plano de governo de Marina Silva que dizem respeito à economia. Sobre Pochmann, ele se formou em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, concluiu pós-graduação em Ciências Políticas e foi supervisor do Escritório Regional do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no Distrito Federal, além de docente na Universidade Católica de Brasília.

Também tem doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), foi pesquisador visitante em universidades de França, Itália e Inglaterra, atuou como consultor no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e no Dieese.

No plano internacional, foi consultor em diferentes organismos multilaterais das Nações Unidas, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Pochmann dirigiu a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do governo da prefeita Marta Suplicy em São Paulo e, a partir de 2007, passou a exercer a presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Nas eleições 2012, Pochmann foi o candidato do PT à Prefeitura de Campinas, mas não se elegeu.

Confira, abaixo, trechos da entrevista.

*

Blog da Cidadania – Recentemente, a candidata a presidente Marina Silva propôs independência total para o Banco Central. Como você vê essa proposta?

Marcio Pochmann – Bem, essa proposição existe há muito tempo no Brasil e, de maneira geral, ainda não havia sido levada para debate em uma campanha eleitoral. Entendo que a independência do Banco Central pode representar um retrocesso na democracia brasileira porque o órgão passaria a ser um aparelho do Estado não mais submetido à aprovação ou à votação popular, significando que os setores que são diretamente subordinados à atuação do Banco Central sejam eles os próprios a exercer o poder de forma independente naquilo que é quase central na política monetária, na política macroeconômica, que é o papel do Banco Central.

Blog da Cidadania – Você acredita que com um Banco Central independente o país passaria a combater a inflação usando aumento dos juros preferencialmente, antes de qualquer outro instrumento, como importações, desoneração fiscal da cadeia produtiva etc.?

Marcio Pochmann – De fato, essa independência significaria o estabelecimento de um poder paralelo na política macroeconômica. Nos Estados Unidos, por exemplo, o banco central tem um papel mais amplo do que apenas perseguir a estabilidade monetária. Nos Estados Unidos, o Banco Central tem um papel de perseguir tanto a estabilidade monetária quanto um melhor nível de atividade econômica e do nível de emprego. Nas circunstâncias brasileiras, você retiraria da administração pública ou do Poder Executivo a capacidade de gerir tanto a política monetária [taxa de juros] quanto a política cambial [a relação do real com outras moedas, sobretudo o dólar] e a política fiscal [aumento ou diminuição de impostos]. Portanto, você reduziria o poder do presidente, que é submetido à validação popular, dando esse poder a um setor que não tem nenhum compromisso com a democracia [o mercado financeiro].

Blog da Cidadania – Você acha que a política econômica que seria adotada por Marina Silva, caso fosse eleita, está clara no programa de governo que ela apresentou?

Marcio Pochmann – O programa de governo de Marina tem mais de 40 páginas e sobre vários pontos. Na parte econômica, o que fica claro é um neoliberalismo, uma terceirização de parte das atribuições do Poder Executivo. E não só na questão do Banco Central. No caso da política fiscal, o que diz esse programa de governo é grave porque se cria um “conselho de representantes” que retira do secretário do Tesouro Nacional e, portanto, do ministro da Fazenda a capacidade de fazer política fiscal e política cambial, deixando a taxa de câmbio submetida à vontade do mercado financeiro. É, indiscutivelmente, terceirização da gestão da economia.

Blog da Cidadania – Como você vê a posição manifestada por Marina Silva em relação ao pré-sal, que retira importância da exploração dessa riqueza?

Marcio Pochmann – Ela faz uma confusão entre a busca permanente e necessária da sustentabilidade ambiental e a capacidade do país de utilizar um recurso limitado que é o petróleo, esquecendo que a humanidade ainda não tem alternativa plena a essa fonte de energia, ainda que existam promessas nessa área. Abandonar a exploração do pré-sal significaria um grave retrocesso e uma brutal redução da atividade econômica no país.

Blog da Cidadania – Você concorda com a premissa de que Marina Silva é de esquerda?

Marcio Pochmann – Ela é uma mulher de trajetória progressista. Sempre foi vista como uma batalhadora, uma mulher corajosa, mas, obviamente, não se pode avaliar o governo que faria, com os aliados que tem e com os acordos que fez, a partir da sua trajetória pessoal.

Blog da Cidadania – Como você vê a frase “Marina tem uma trajetória de esquerda, mas seu programa de governo é de direita”?

Marcio Pochmann – No que diz respeito às propostas do programa de governo de Marina para a economia, elas são de um radicalismo mais neoliberal do que as do PSDB.

Fonte: Blog da Cidadania

Organizado por Ernesto Germano